

# **SER MULHER IMPORTA? DETERMINANTES, EVIDENCIAS E ESTIMATIVAS DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.**

**Does being a woman matter? Determinants, evidences and estimates of  
female participation in the Brazilian labor market.**

Ana Carolina Freitas TEDESCO  
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Brasil  
anacarolinaftedesco@gmail.com

Kênia Barreiro SOUZA  
Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Brasil  
keniadesouza@gmail.com

## **RESUMO**

A participação feminina na oferta de trabalho é mais instável que a masculina. As mulheres são mais afetadas em períodos de crise, pela maternidade, discriminação e têm menores chances de encontrar um emprego no setor formal. No presente trabalho foram utilizados os microdados da PNAD entre 2001 a 2015, em um modelo probit, para verificar como características individuais afetam a inserção no mercado de trabalho e como esses efeitos alteram-se ao longo do período analisado. Os resultados mostram que “ser mulher” reduz significativamente a participação da mulher no mercado de trabalho para todo o período analisado, e que essa redução é ainda maior para mulheres com filhos ou chefes de domicílio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mercado de trabalho. Mulheres. Brasil.

## **ABSTRACT**

Female participation in labor supply is more unstable than male participation. Women are most affected in times of crisis, by maternity, discrimination and they are less likely to find a job in the formal sector. In the present work we used the PNAD microdata from 2001 to 2015, in a probit model, to verify how individual characteristics affect labor market insertion and how these effects change over the analyzed period. The results show that “being a woman” significantly reduces women's participation in the labor market for the entire period analyzed, and this reduction is even greater for women with children or heads of household.

**KEYWORDS:** Labor market. Women. Brazil.

**Classificação JEL:** D13; J16; J22.

Recebido em: 15-02-2020. Aceito em: 01-06-2020.

# 1 INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho feminino brasileiro apresentou transformações nos últimos anos e a literatura aponta uma série de fatores que ajudam a compreender a participação da mulher no mercado de trabalho. Em um contexto geral, as mulheres têm menores taxas de participação no mercado de trabalho relativamente aos homens (SCORZAFAVE e MENEZES-FILHO, 2001), tendem a ocupar cargos informais (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000) e a receber menores salários comparativamente aos homens (OLIVEIRA e SCORZAFAVE, 2009). Um dos fatores que influenciam diretamente a participação no mercado de trabalho é a presença e a quantidade de filhos (SOUZA *et al.*, 2011) e, segundo Barbosa e Costa (2017), a disponibilidade de creches nas proximidades da residência ou do local de trabalho da mulher. Ainda, no caso das mulheres muito pobres, receber ou não algum programa de assistência social, como o Bolsa-Família, pode ser um fator importante na hora de ofertar trabalho (TAVARES, 2010).

A participação das mulheres no mercado de trabalho é analisada na teoria econômica, sob a ótica da economia de gênero<sup>1</sup>, como uma escolha entre participar ou não participar, condicionada a uma série de características individuais da família e do ambiente econômico que levam a diferentes ponderações entre alternativas dentro e fora do mercado de trabalho. Essa concepção teve início com os trabalhos da chamada “economia da família”<sup>2</sup>, que mantém o princípio básico de que as decisões de participação no mercado de trabalho têm início no contexto familiar.

Por sua vez, a corrente feminista ressalta que a formação das preferências está intrinsicamente ligada a construções sociais, que tendem a reduzir o potencial produtivo das mulheres e proteger privilégios masculinos no mercado de trabalho (KABEER, 2012; 2020). Nesse sentido, as próprias escolhas, ainda que analisadas como decisões racionais, dadas as preferências individuais, carregam aspectos anteriores e dificilmente

---

<sup>1</sup> Refere-se aqui a “economia de gênero” o significado defendido por Fernandéz (2018), de uma discussão supra vertentes de pensamento econômico, isto é, estruturado como um todo pela introdução do gênero como categoria analítica, sem distinções entre vertentes ortodoxas ou heterodoxas de se pensar a economia.

<sup>2</sup> Segundo Becchio (2020), na década de 1960, Theodore Schultz, Gary Becker e Jacob Mincer, ao aplicarem os princípios da economia neoclássica para entender o comportamento da economia familiar, criaram uma nova área de pesquisa, chamada “economia da família” (*Household economics*). Com o desenvolvimento da teoria e dos instrumentos empíricos, as decisões tomadas pelas famílias passaram, então, a serem entendidas como tópicos microeconômicos. A autora afirma que essa conexão entre a economia neoclássica e a economia da família têm uma grande influência no que, mais tarde, foi chamado de “Economia do Gênero”, ou *New Home Economics* (NHE).

mensuráveis. Conforme ressalta Kabeer (2012), a participação da mulher no mercado de trabalho é por muitas vezes uma “escolha sem opções”.

Nesse contexto, o presente trabalho busca traçar um perfil da oferta de trabalho feminina no Brasil e sua posição atual na economia brasileira, visando entender alguns fatores que podem interferir na participação da mulher de ofertar trabalho, uma vez que as diferenças de gênero têm revelado a vulnerabilidade do trabalho da mulher na economia brasileira. Para tanto, utiliza-se um modelo probit para descrever e quantificar a variação das taxas de participação feminina no mercado de trabalho no Brasil de 2001 a 2015, a partir dos microdados anuais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes à Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílios (PNAD) (IBGE, 2019).

O artigo encontra-se dividido em cinco seções, além da introdução. A seção 2 traz uma breve resenha da literatura teórica de como a teoria econômica neoclássica explica a oferta de trabalho dos indivíduos. A seção 3 apresenta um resumo da literatura empírica disponível para o Brasil, com objetivo de entender os aspectos que diferenciam a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho. A seção 4 expõe o modelo utilizado e introduz as variáveis escolhidas para integrar o modelo. Na sequência, a seção 5 fornece os resultados das estimações encontrados, bem como comentários e comparações dos resultados obtidos com os de estudos prévios. Por fim, a seção 6 apresenta as considerações finais e possíveis extensões.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA TEÓRICA

Na teoria econômica tradicional a participação no mercado de trabalho está relacionada à oferta de trabalho<sup>3</sup>. Segundo essa teoria, a decisão de oferta de trabalho é tomada em um contexto de maximização de utilidade dos indivíduos, em que os argumentos da função utilidade são quantidade de bens ( $G$ ) e horas de lazer ( $L$ ). Esta maximização está sujeita a uma restrição orçamentária, que é afetada pelo preço dos bens ( $P_G$ ), pelo preço do lazer ( $P_L$ ), pelo número total de horas disponíveis ( $T$ ), pelo tempo de lazer ( $L$ ) e pela renda não-oriunda do trabalho ( $V$ ). Formalmente:

---

<sup>3</sup> Para maiores detalhes ver Mansfield (1979) e Nicholson (1995), os quais apresentam um panorama geral da teoria microeconômica neoclássica. Berndt (1996) e Borjas (2009) focam em análises teóricas e econométricas sobre a oferta de trabalho.

$$\text{Max } U(G, L)$$

sujeito a: (1)

$$P_G = P_L(T - L) + V$$

Então, o número de horas trabalhadas,  $H$ , é definido como a diferença entre a quantidade de horas disponíveis e a quantidade de horas dedicadas ao lazer, tal que:

$$H = T - L \quad (2)$$

A restrição orçamentária define que os gastos totais com bens devem se igualar a soma da renda do trabalho e da renda de outras fontes que não o trabalho. Da condição de primeira ordem do problema de maximização, encontra-se:

$$\frac{\partial U / \partial L}{\partial U / \partial G} = TMS_{GL} = \frac{P_L}{P_G} \quad (3)$$

A equação (3) mostra que a razão das utilidades marginais é igual à taxa marginal de substituição entre os bens, e igual aos preços relativos dos bens, implicando na condição de tangência da curva de indiferença e da restrição orçamentária. No ponto de tangência, são determinados o número de horas trabalhadas e a quantidade de bens a ser consumida, condição que só é satisfeita nos casos de soluções interiores, em que  $L < T$  e  $H > 0$ .

Para compreender a decisão individual de participação no mercado de trabalho, deve-se considerar a solução de canto, na qual a curva de indiferença tangencia a restrição orçamentária em um ponto tal que  $L = T$  e  $H = 0$ . Isso significa dizer que o indivíduo, aos preços relativos vigentes, está disposto a ofertar zero hora de trabalho. Ou seja, nesse caso, a  $TMS_{GL} > \frac{P_L}{P_G}$ , logo, a satisfação de uma hora adicional de lazer é maior do que o preço relativo do lazer, fazendo com que este indivíduo decida por não ofertar trabalho.

Em uma solução de canto como essa, a  $TMS_{GL}$  pode ser vista como o salário reserva do indivíduo<sup>4</sup>. Dessa forma, pode-se extrair que o indivíduo opta por ofertar trabalho se o salário de mercado ( $P_G$ ) for maior que o seu salário de reserva ( $P_L$ ). Assim, o salário reserva tem papel crucial na determinação da entrada ou não do indivíduo no mercado de trabalho. Berndt (1996) argumenta que, em um grupo de pessoas com salário de mercado potencial

<sup>4</sup> Quanto o indivíduo exige de remuneração adicional para abrir mão de uma hora de lazer quando não está trabalhando.

igual, as pessoas que apresentam menor salário reserva têm maior chance de decidir ofertar trabalho, e vice-versa. Vários fatores podem afetar o salário de reserva dos indivíduos e, desse modo, sua decisão de participar do mercado de trabalho.

Dessa forma, ainda que o modelo seja capaz de explicar porque pessoas com salário reserva mais elevado do que seu salário potencial não participam do mercado de trabalho, no caso das mulheres, dois fatores não explicitamente levados em consideração: por que os salários reserva são mais altos, e por que os salários potenciais são mais baixos. Fatores como a desigualdade estrutural, cultural e social na divisão sexual do trabalho dentro da família, impõem um custo adicional no trabalho não remunerado de cuidado (de crianças e idosos) e afazeres domésticos, que é incorporado no salário reserva. Adicionalmente, os salários esperados podem ser mais baixos, por fatores relacionados à discriminação (Madalozzo, 2010; Salardi, 2016; Tai *et al.*, 2019), ao custo da maternidade (Souza *et al.*, 2013; Guiginski e Wajnman, 2019) e à segregação ocupacional (KING, 2009; MADALOZZO, 2010). Nesse sentido, conforme sugerido por Fernández (2019) as mulheres enfrentam barreiras invisíveis, impedindo-as de conseguirem entrar e se estabilizar no mercado de trabalho.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA EMPÍRICA

Entre 1982 a 1997, segundo Scorzafave e Menezes-Filho (2001), houve um forte aumento nas taxas de participação feminina na população economicamente ativa do Brasil, principalmente para as mulheres com um a 11 anos de estudo. Os principais determinantes desse aumento, segundo os autores, foram a diminuição da proporção de mulheres menos educadas na força de trabalho e o aumento na participação das mulheres cônjuges e mais velhas. Ao analisarem o comportamento do PIB no período<sup>5</sup>, os autores mostram que o único ano no qual o PIB apresentou queda foi 1992, mas a taxa de participação das mulheres na força de trabalho seguiu a tendência de aumento, embora tenha aumentado menos relativamente aos demais anos analisados. Entretanto, ao comparar dois períodos diferentes, um que apresentou forte recessão e outro forte expansão econômica, os autores concluem que as conjunturas diferentes podem ser responsáveis pelos resultados obtidos.

---

<sup>5</sup> A análise dos autores concentrou-se nos anos de 1982, 1987, 1992 e 1997.

Isso posto, Scorzafave e Menezes-Filho (2001) buscaram verificar se a relação entre oferta de trabalho e ciclo econômico conforme a posição que a mulher ocupa na família. Os resultados encontrados foram inconclusivos. Mostram que, por um lado, aumentos na taxa de crescimento do PIB desestimulam a participação de chefes de família e estimulam a participação das mulheres cônjuges e em outras posições na família (filha, agregada etc.). Por outro lado, mostram que um aumento na taxa de desemprego da economia reduz a probabilidade de as chefes de família participarem e eleva a chance de participação dos cônjuges e das mulheres em outras posições familiares. Desse modo, os resultados são heterogêneos dependendo da variável utilizada para medir o ciclo.

Seguindo com o objetivo de traçar um perfil das mulheres que ofertam trabalho, com amostra de cerca de 40 mil mulheres (PNADs de 1992 a 1999), Avelino e Menezes Filho (2003) encontraram que menos da metade destas trabalhava. A escolaridade média, no geral, aumentou desde 1993, sendo que dentro da amostra, as mulheres que trabalhavam possuem, em média, dois anos a mais de estudo do que as que não trabalhavam. Observaram também uma correlação positiva entre salário e educação, isto é, à medida que a educação das mulheres aumenta, o salário tende a aumentar, o que corrobora a correlação positiva entre educação e renda pressuposta pela teoria neoclássica.

Por sua vez, Bruschini e Lombardi (2000) encontraram uma correlação negativa entre idade e educação, o que sugere que, nas últimas décadas, tem-se aumentado a qualificação requerida pelo mercado de trabalho, retardando o ingresso no mesmo, além de ter ocorrido uma disseminação do acesso a educação às classes menos favorecidas da população. Ainda, com o envelhecimento do perfil das mulheres que ofertam trabalho no polo precário da economia (ligados ao magistério, a enfermagem e ao trabalho doméstico) acompanhado por um aumento no contingente de mulheres jovens no polo mais desenvolvido (medicina, arquitetura, direito e engenharia), a hipótese das autoras é que as mulheres jovens ingressam no mercado de trabalho às custas das mais velhas, que atuam como domésticas em suas casas e permitem-lhes estudar e trabalhar fora de casa.

Ao analisar o polo mais desenvolvido da oferta de trabalho, Bruschini e Lombardi (2000) perceberam sutis aumentos na participação feminina, principalmente nas ocupações técnicas, científicas e artísticas, correspondendo, no censo de 1991, a 16% do total de ocupações femininas, atrás apenas do trabalho doméstico e do setor de serviços. Por fim, as autoras mostram que, em todas as áreas do polo desenvolvido da oferta de trabalho, as

mulheres são mais jovens, recebem menos que os homens - possivelmente por terem menos experiência - e, quanto maior for o salário, maior será a diferença entre os gêneros<sup>6</sup>.

Ao observar o crescimento do desemprego no final da década de 1990, Oliveira e Scorzafave (2009) perceberam que, embora o desemprego seja generalizado, os indivíduos mais afetados foram as mulheres, os indivíduos com escolaridade intermediária e os jovens. Entretanto, embora tenham sido as mais afetadas pelo desemprego, as mulheres apresentaram maior engajamento no mercado de trabalho, ao passo em que as taxas de participação no mercado de trabalho entre os homens apresentaram certa estagnação<sup>7</sup>.

Os autores também compararam o grupo etário com maior aumento do desemprego e encontraram que, para os homens, ocorre na faixa etária de até 30 anos e, para as mulheres, no grupo de 46 a 60 anos. Ainda, perceberam que as mulheres têm maiores taxas de desemprego em todas as faixas etárias, exceto no grupo com mais de 60 anos, possivelmente porque, até os 46 anos, as mulheres estão em idade fértil, durante a qual há maior disposição por parte dos empregadores em contratar homens, uma vez que recai sobre as mulheres a responsabilidade com as atividades domésticas e com o cuidado dos filhos, tendo então de conciliar a atividade no mercado de trabalho de trabalho. Assim, como expõem Souza *et al.* (2011), com o aumento do número de crianças no domicílio, a probabilidade de inatividade dos homens cai e das mulheres sobe.

O número de filhos e a participação das mulheres no mercado de trabalho possuem uma relação direta e complexa. Assim como em diversos países do mundo, a oferta de trabalho feminina brasileira aumentou, ao passo em que a taxa de fecundidade simultaneamente declinou (SCORZAFAVE E MENEZES-FILHO, 2001). O debate acerca da relação entre as duas variáveis foi intensificado, uma vez que a presença de filhos diminui a probabilidade de participação das mulheres no mercado de trabalho (SOUZA *et al.* 2011).

Souza *et al.* (2011) constataram que apenas os filhos com, no máximo, dois anos, afetam negativa e significativamente a inserção feminina no mercado de trabalho, o que pode ser explicado pela relação positiva entre a oferta de creches e a participação feminina

---

<sup>6</sup> Esse fenômeno é conhecido na literatura como “teto de vidro”, isso é, barreiras invisíveis enfrentadas pelas mulheres que buscam estabilidade no mercado de trabalho. São barreiras advindas da cultura e da sociedade e que perpassam ao mundo do mercado de trabalho, impedindo que elas consigam melhores salários (FERNANDÉZ, 2019).

<sup>7</sup> Corroborando as observações de Bruschini e Lombardi (2000), Scorzafave e Menezes-Filho (2001) e Avelino e Menezes-Filho (2003).



no mercado de trabalho (SANFELICE, 2019). Com a disponibilidade de creches, a mulher pode escolher colocar os filhos na creche porque vai trabalhar ou pode trabalhar porque os filhos estarão na creche<sup>8</sup> (BARBOSA e COSTA, 2017).

Por sua vez, a renda influencia na quantidade de filhos que a mulher tem, possivelmente atrelada às condições de informações e saúde que têm acesso, e que a probabilidade de desemprego entre as mulheres não pobres altera-se muito pouco com o número de filhos, em contraponto às mulheres pobres, para as quais a probabilidade de desemprego daquelas sem filhos é maior do que a daquelas não pobres e sem filhos (OLIVEIRA e SCORZAFAVE, 2009). Esta relação é explicada por Oliveira e Socorzafave (2009) pela teoria do salário reserva, a qual supõe que, quanto maior o número de filhos, menor o salário reserva do indivíduo. Nesse sentido, as mulheres pobres estão dispostas a aceitar uma ocupação com maior facilidade do que o fariam se tivessem menos filhos.

O salário reversa pode ser afetado por outras rendas, provenientes de programas sociais, por exemplo. Mais de dez anos depois da criação do Programa Bolsa Família, Tavares (2010) mostrou que há consenso na literatura empírica de que o programa é bem focalizado e eficiente em elevar a frequência escolar das crianças beneficiárias. Ao aumentar o tempo das crianças na escola, o programa influencia diretamente no salário de reserva das mães beneficiárias do Programa que, ao gozar de maior “tempo livre”, podem ingressar ou retornar ao mercado de trabalho<sup>9</sup>. Outra explicação possível para este fenômeno é que, como os filhos precisam ter frequência mínima na escola, sejam obrigados a reduzir suas ofertas de trabalho, de modo que a mãe precise trabalhar mais horas para compensar a perda da renda advinda dos filhos<sup>10</sup>.

Paralelamente, a quantidade de filhos pode implicar em aumento do trabalho não remunerado. Barbosa e Costa (2017) analisaram a taxa de participação e jornada no mercado de trabalho remunerado e não remunerado e encontraram que, em 2015, as mulheres com filhos na creche apresentaram taxa de participação de 68% no mercado remunerado, enquanto a taxa de participação das mulheres com filhos que não estavam na creche foi de 49%. Já no mercado não remunerado, compreendido como cuidados e

---

<sup>8</sup> Uma vez que a decisão de inserir-se no mercado de trabalho e de colocar os filhos na creche é tomada de forma simultânea.

<sup>9</sup> Conhecido na literatura como “efeito estigma”, correspondente a discriminação sofrida ou auto-imposta pelo indivíduo que recebe subsídio (TAVARES, 2010).

<sup>10</sup> De qualquer forma, o resultado encontrado por Tavares (2010) contradiz o “efeito preguiça”, que pressupõe que o recebimento de um benefício monetário desestimularia a oferta de trabalho por parte do beneficiado. Assim, o efeito substituição tende a dominar o efeito renda (Nicholson, 1995) nas famílias beneficiárias do Bolsa Família.



afazeres domésticos, mulheres com filhos na creche trabalharam cerca de 2 horas e meia a menos do que mulheres com filhos que não estavam na creche. Em relação a afazeres domésticos e não remunerados, notou-se redução significativa para as mulheres e relativa estabilidade para os homens (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000; BARBOSA; COSTA, 2017).

Ao somar a quantidade de horas dedicadas ao mercado de trabalho e à realização de trabalho doméstico, Madalozzo *et al.* (2010) identificaram, com viés da literatura econômica feminista, que mesmo com a redução do número de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico por parte das mulheres e com o aumento do número de horas semanais dedicadas ao trabalho doméstico por parte dos homens, o número de horas semanais totais dedicadas ao trabalho como um todo continua sendo maior para as mulheres.

## 4 METODOLOGIA

A participação da mulher no mercado de trabalho será analisada por meio de um modelo probit, que permitirá a análise do efeito das características individuais e familiares na probabilidade de participar do mercado de trabalho. Para tanto, foram utilizados os microdados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílios (PNAD), em um recorte de tempo de 2001 a 2015.

Para apresentar de forma transparente como se deu a elaboração do estudo empírico, esta seção foi subdividida em mais dois tópicos. No primeiro, foi abordado o modelo probit, a fim de explicar as razões pelas quais optou-se por utilizá-lo. No segundo, foram apresentadas as variáveis explicativas que podem afetar a probabilidade de participação das mulheres no mercado de trabalho, acompanhadas por uma breve explicação dos conceitos utilizados e da forma com que integram o modelo. Dessa forma, procura-se observar como a participação no mercado de trabalho é afetada pelas variáveis descritas na subseção 4.2 e os impactos destas possíveis relações sobre a população no mercado de trabalho.

### 4.1 Modelo probit

A partir dos dados observados é possível identificar se cada um dos indivíduos pesquisados ofertou trabalho no período ou não, sua resposta receberá valor 1 se

participou da força de trabalho e 0 se não participou da força de trabalho no período, caracterizando a variável dependente é binária<sup>11</sup>.

Não obstante, embora a participação seja observada de forma discreta, é razoável supor que a relação entre participar e não participar do mercado de trabalho é determinada por diversas razões e apresentam caráter contínuo, porém não observado. Essa variável não observada e contínua ( $I_i$ ) pode ser explicada por um conjunto características individuais (representadas pelo vetor  $X_i$ ). Formalmente:

$$X_{ki}: I_i = \alpha + \beta X_i \quad (4)$$

Pode-se imaginar que exista algum limite  $I_i^*$ , que mantenha as probabilidades dentro do intervalo  $[0,1]$ , isto é, quando  $I_i$  excede  $I_i^*$ , a mulher participa do mercado de trabalho, caso contrário, não participa. Supondo que  $I_i^*$  siga uma distribuição normal, com média, variância e formato conhecidos, é possível obter informações por meio da observação do resultado binário entre dois estados.

A partir da hipótese de normalidade, a probabilidade de que  $I_i^*$  seja menor ou igual a  $I_i$  pode ser calculada por meio da função de probabilidade acumulada normal padronizada:

$$P_i = P(Y = 1|X) = P(I_i^* \leq I_i) = P(Z_i \leq \alpha + \beta X_i) = F(\alpha + \beta X_i) \quad (5)$$

em que  $P(Y = 1|X)$  indica a probabilidade condicional de a participação ocorrer dados os valores das variáveis explicativas  $X_i$ , sendo  $Z_i$  é a variável normal padronizada, isto é,  $Z_i \sim N(0, \sigma^2)$ .

Para a obtenção dos resultados, serão observados os efeitos marginais dos regressores, dados pelas derivadas das probabilidades:

$$\partial Prob(y = 1) \partial x = f(Z_i) \cdot \beta \text{ e } \partial Prob(y = 0) \partial x = -f(Z_i) \cdot \beta \quad (6)$$

Isso significa que, para cada variável explicativa, é analisada a variação marginal na probabilidade de que a mulher participe do mercado de trabalho. O coeficiente  $\beta$  mede a

---

<sup>11</sup> As variáveis binárias do tipo *dummy* recebem esse nome por atribuírem valores mutuamente exclusivos a um evento, dados por zero ou um, em que 1 representa a presença do evento e 0 a ausência (GUJARATI e PORTER, 2012).

mudança na probabilidade de sucesso quando  $X_i$  muda, mantendo fixos os demais fatores. Assim, a  $Prob(y = 1)$  aumenta quando o coeficiente da variável for positivo, e diminui quando for negativo; o raciocínio inverso é atribuído para  $Prob(y = 0)$ .

## 4.2 Variáveis explicativas

A literatura empírica permitiu observar alguns fatores que geralmente estão relacionados à participação e permanência das mulheres no mercado de trabalho. Somando os principais fatores ao método econométrico exposto na subseção anterior, chega-se ao modelo no formato de probabilidade apresentado na equação número (5), cujas variáveis estão descritas no Quadro 1. Foram estimadas duas especificações diferentes com a finalidade de verificar se o fato de ser mulher pode alterar os resultados encontrados.

Quadro 1 – Descrição das variáveis.

Variável	Descrição
<i>Part</i>	Assume valor 1 se o indivíduo participa do mercado de trabalho e 0 em caso contrário (variável dependente).
<i>Mulher</i>	<i>Dummy</i> que assume valor 1 se o indivíduo for mulher e 0 se for homem.
<i>Chefe</i>	Variável binária que assume valor 1 se o indivíduo é o chefe do domicílio.
<i>Cor</i>	Cor do indivíduo, tendo como referência a cor branca.
<i>edu, edu<sup>2</sup></i>	Variável contínua quanto aos anos de estudo do indivíduo, e os anos de estudo elevados ao quadrado.
<i>Trabdom</i>	Variável <i>dummy</i> que assume valor 1 se o indivíduo realiza trabalho doméstico e 0 se não realiza.
<i>Filhos</i>	Variável <i>dummy</i> que assume valor 1 se o indivíduo tem filhos e 0 se não tem.
<i>casalfil14menos</i>	Variável <i>dummy</i> que assume valor 1 se um casal de indivíduos possui(m) filho(s) com menos de 14 anos e 0 se maior(es) de 14 anos.
<i>maestfil14menos</i>	Variável <i>dummy</i> que assume valor 1 se a mulher é solteira e mãe de filho(s) com menos de 14 anos e 0 se mais de 14 anos.
<i>dom_m</i>	Interação entre ser mulher e realizar trabalho doméstico.
<i>chefe_m</i>	Interação entre ser mulher e chefe de família.
<i>cor_m</i>	Interação entre ser mulher e ser branca.
<i>fil_m</i>	Ser mulher e ter filhos.
<i>edu_m</i>	Interação entre ser mulher e os anos de estudo.

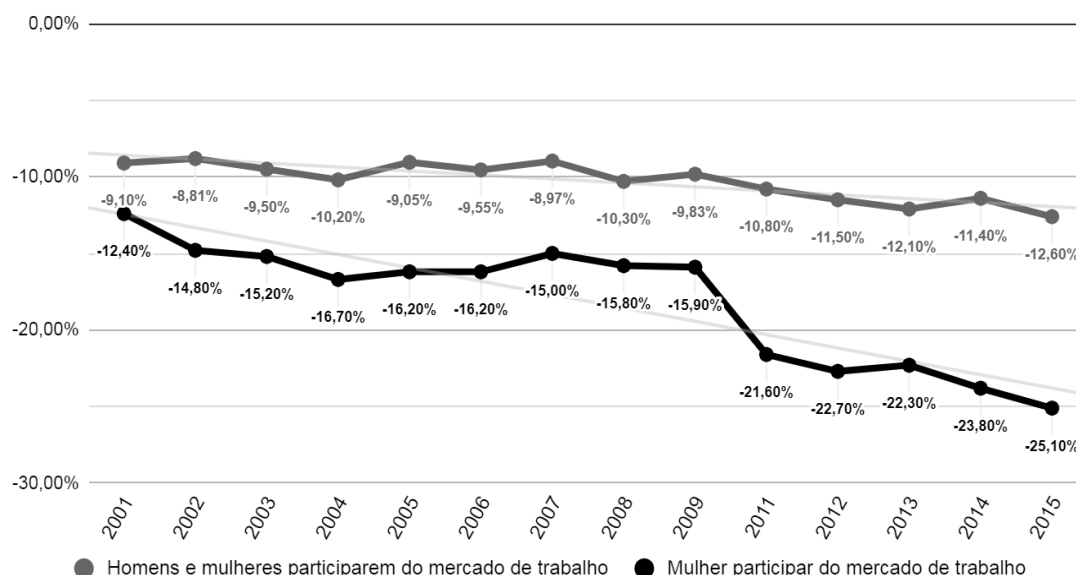
Fonte: Elaboração própria (2020).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do primeiro modelo, com características individuais sem interação, são apresentados nas Tabela 1 e 2, nas quais são apurados os coeficientes estimados e seus regressores, respectivamente, para as variáveis explicativas em cada ano e seus respectivos desvios-padrão, entre parênteses. Já os resultados para o modelo de interação entre o controle “mulher” e as características individuais são apresentados nas Tabela 3 e 4, respectivamente os seus coeficientes estimados e seus regressores, com os respectivos desvios-padrão entre parênteses para cada ano.

A constatação mais importante a ser observada é exposta na Figura 1, que mostra que “ser mulher” reduziu a probabilidade de participação no mercado de trabalho. Para todos os anos analisados, as mulheres tiveram menores probabilidades de ofertar trabalho em relação aos homens e, ainda, nos últimos anos do período, quando o mercado de trabalho começou a sentir os efeitos da crise econômica<sup>12</sup>, a tendência foi um aumento prejudicial às mulheres na diferença de participação no mercado de trabalho entre os gêneros.

Figura 1 – Probabilidade média de participar do mercado de trabalho remunerado para homens e mulheres (2001 -2015)



Fonte: Elaboração própria. (2020)

<sup>12</sup> Barbosa Filho (2017).

Se o indivíduo fosse chefe de família, a probabilidade de participar do mercado de trabalho aumentava significativamente, estando de acordo com o previsto, em virtude de esperar-se que chefes de família precisem participar do mercado de trabalho para garantir o sustento da casa, independente do gênero. Por sua vez, se o indivíduo é branco, sua probabilidade de ofertar trabalho diminui<sup>13</sup> e, de acordo com o esperado, realizar trabalho doméstico também reduz a probabilidade de o indivíduo ofertar trabalho no mercado remunerado em todos os anos.

O sinal esperado também foi obtido em relação à escolaridade: os indivíduos mais escolarizados apresentaram maior probabilidade de participação no mercado de trabalho na maioria dos anos<sup>14</sup>, resultado que se mantém em todo o período analisado.

Por fim, a presença de filhos aumentou a probabilidade de o indivíduo ofertar trabalho, também de acordo com o esperado, pois quanto mais crianças mais novas no domicílio, maior a probabilidade esperada de participação de adultos no mercado de trabalho<sup>15</sup>. Entretanto, a presença de filhos menores de 14 anos apresentou resultados diferentes a depender do formato da família analisada, como mostra a Figura 2. A probabilidade de participar do mercado de trabalho para indivíduos membros de um casal com filhos menores de 14 anos foi positiva em todos os anos, isto é, ter filhos com menos de 14 anos elevou a probabilidade de membros do casal decidirem ofertar trabalho, o que, como já dito, segue na direção indicada pela literatura. Entretanto, se a família era formada por uma mulher mãe solteira com filhos menores de 14 anos, a presença de filhos com menos de 14 anos de idade diminuiu a probabilidade da mulher de ofertar trabalho, o que mostra a disparidade da variável a depender do gênero do indivíduo.

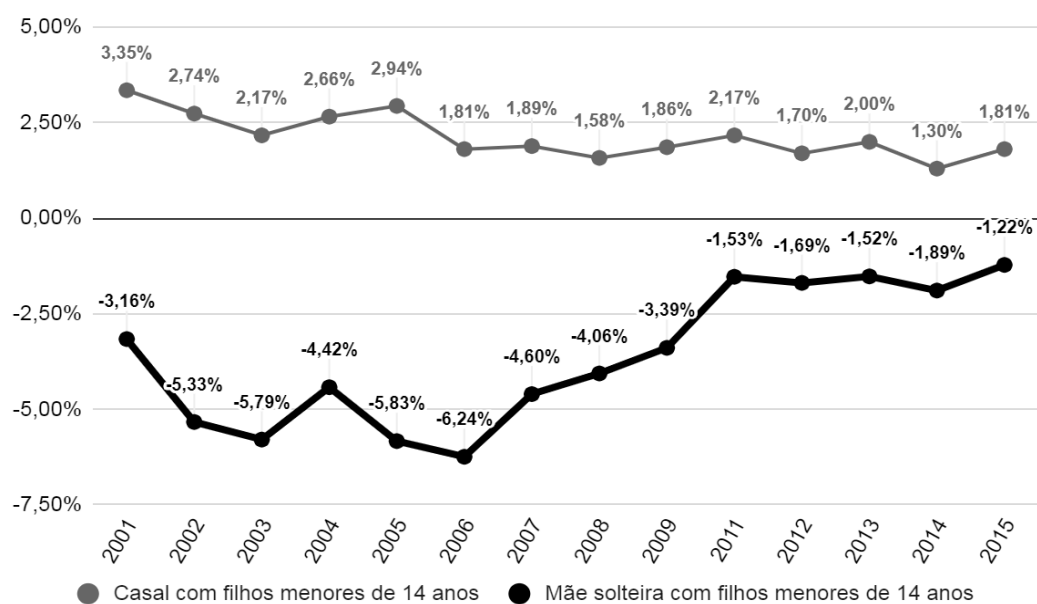
---

<sup>13</sup> Pode-se atribuir esse resultado ao fato de que o grupo de controle é de brancos, de modo que os demais grupos estejam compreendidas como não-brancos.

<sup>14</sup> As exceções foram em 2001, 2002, 2003 e 2005.

<sup>15</sup> Scorzafave e Menezes-Filho, (2001).

Figura 2 – Probabilidade média estimada de participar do mercado de trabalho para casais com filhos menores de 14 anos e mães solteiras com filhos menores de 14 anos (2001 – 2015)



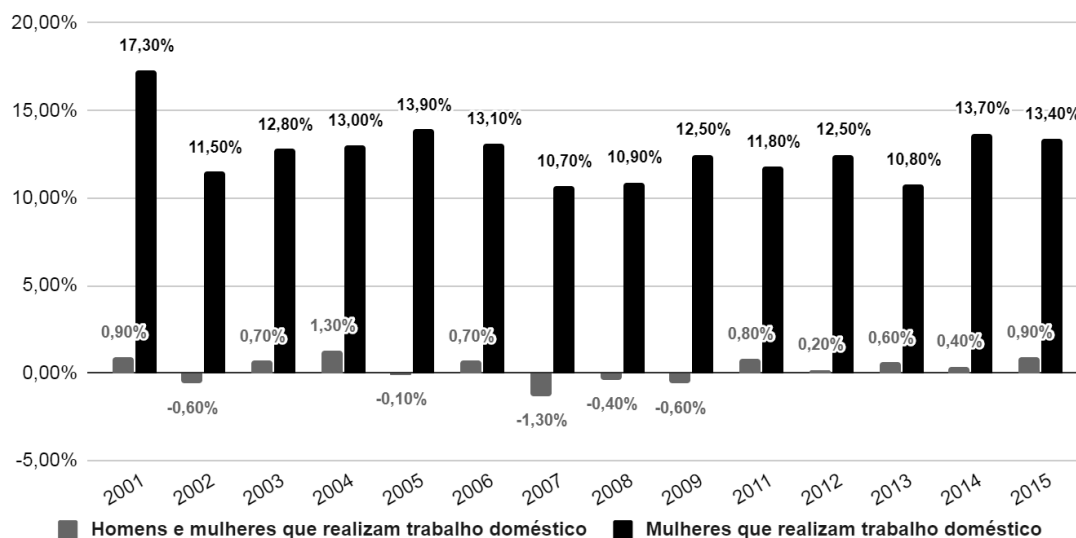
Fonte: Elaboração própria. (2020)

Ao analisar os resultados encontrados para o segundo modelo, apresentados nas Tabelas 3 e 4, percebe-se que os efeitos das variáveis explicativas são heterogêneos entre os gêneros, evidenciando algumas desigualdades no mercado de trabalho brasileiro sob a ótica de gênero. Exemplo disso é que, ao contrário do que mostra o primeiro modelo, no qual a realização de trabalho doméstico reduziu a probabilidade de participar no mercado de trabalho, quando o controle analisado foi composto somente por mulheres, realizar trabalho doméstico não foi um empecilho para decidir ofertar trabalho, permitindo a interpretação de que, na verdade, realizar trabalho doméstico aumentou a probabilidade da mulher participar do mercado de trabalho.

A comparação de realização de trabalho doméstico para homens e mulheres mostra que estas últimas têm uma dupla jornada de trabalho e, como é possível observar na Figura 3, a estruturação da realização de trabalho doméstico segue perfil bastante diferenciado entre homens e mulheres<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> De fato, dados de Barbosa e Costa, (2017) apontam que, no Brasil, enquanto homens dedicam aproximadamente 11 horas semanais a afazeres domésticos, entre as mulheres brasileiras, a média de horas dedicadas a essas atividades situa-se em aproximadamente 26 horas.

Figura 3 – Probabilidade média estimada de ofertar trabalho para homens e mulheres que realizaram trabalho doméstico (2001 – 2015)



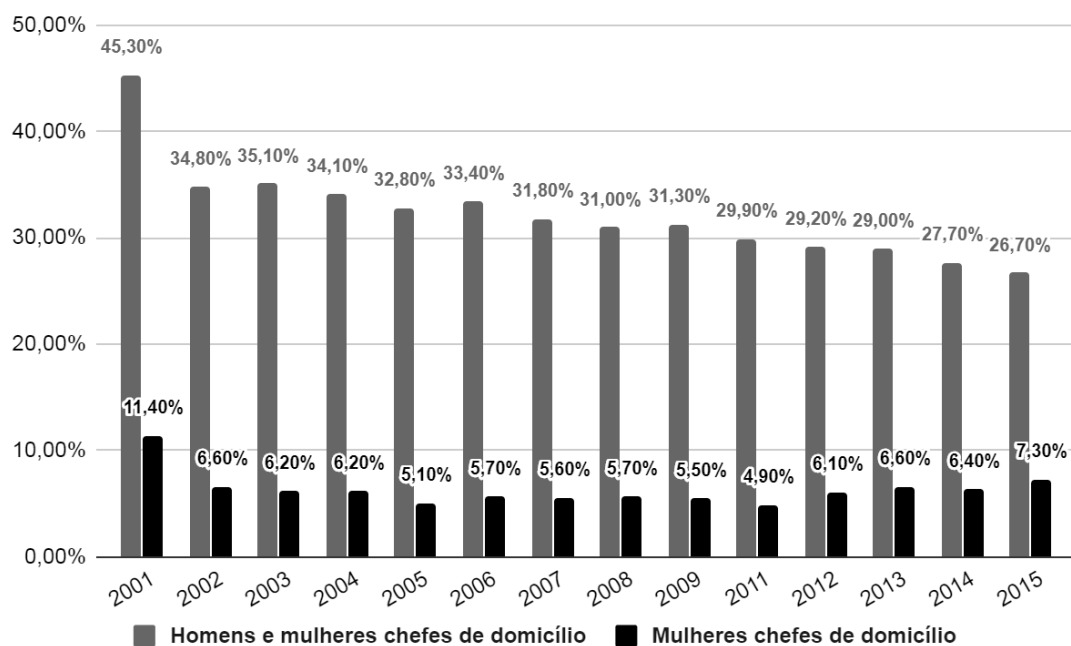
Fonte: Elaboração própria. (2020)

Esse resultado não é novidade na literatura e, segundo Madalozzo *et al.* (2010), a realização de trabalho doméstico majoritariamente por mulheres pode ajudar a explicar as menores taxas de participação feminina no mercado de trabalho remunerado, uma vez que os efeitos de uma segunda jornada extenuante em casa provavelmente afetam sua produtividade no mercado de trabalho. Ainda, os dados sugerem que, mesmo que as mulheres optem por participar do mercado de trabalho remunerado, as tarefas domésticas continuam a ser de sua responsabilidade, reduzindo, assim, seu tempo de lazer e seu bem-estar. Segundo Fernández (2018), o que está por trás dessa análise é a concepção de que não há opção de renunciar àquilo que se supõe que seja obrigação exclusiva de alguém.

O comportamento da variável de interação chefe do domicílio e mulher (*chefe\_m*) mostrou que ser chefe de domicílio aumenta a probabilidade de participar do mercado de trabalho. Entretanto, quando uma mulher ocupa o posto de chefe de domicílio, a probabilidade de ofertar trabalho é menor relativamente à quando é ocupada por um homem, como mostra a Figura 4.



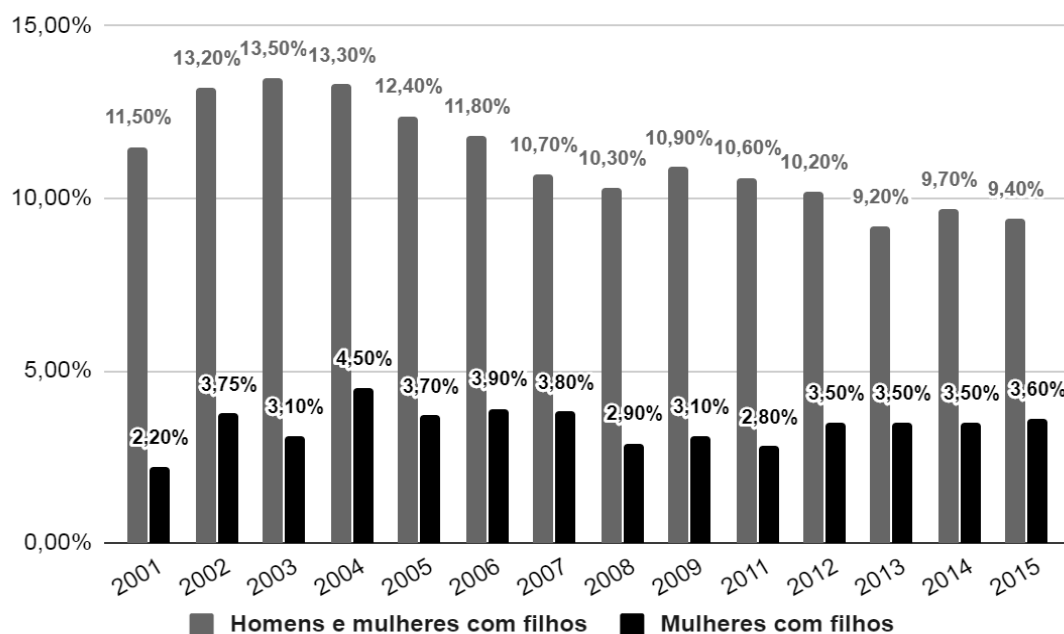
Figura 4 - Probabilidade média estimada de ofertar trabalho para homens e mulheres chefes de domicílio (2001 – 2015)



Fonte: Elaboração própria. (2020)

Resultado semelhante ocorreu quanto à presença de filhos, que elevou a probabilidade de homens e mulheres participarem do mercado de trabalho, mas em proporções diferentes e desfavoráveis às mulheres, como mostra a Figura 5.

Figura 5 - Probabilidade média estimada de ofertar trabalho para homens e mulheres com filhos, (2001 -2015)



Fonte: Elaboração própria. (2020).

Já a variável interativa “cor” expõe que as mulheres brancas apresentam maior probabilidade de participação no mercado de trabalho relativamente a homens brancos. Esse resultado também pode ter sido influenciado pelo grupo de controle formado por mulheres brancas.

Quanto à escolaridade, as mulheres mais escolarizadas também apresentaram maiores probabilidades de participar do mercado de trabalho na maioria dos anos (exceto em 2001, 2002, 2003 e 2005), além de que, um ano a mais de estudo resultou em uma probabilidade maior de optar por ofertar trabalho. Dessa forma, o comportamento da variável de interação entre ser mulher e educação foi semelhante ao comportamento encontrado para a variável de educação sem o controle por gênero, indicando que a escolaridade talvez não seja uma boa variável explicativa para entender as diferenças de gênero no mercado de trabalho brasileiro.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve basicamente dois objetivos. O primeiro deles, traçar e descrever o perfil das mulheres que ofertam trabalho. Para tal, foi feita uma revisão de literatura empírica que resultou em um esboço de um perfil das mulheres participam do mercado de trabalho no Brasil nas últimas décadas. Em sequência, O modelo econométrico tornou possível explicar a inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como incorporar condições da própria mulher - educação e cor - e também sua situação familiar e social - estado civil, condição familiar, presença de filhos e realização de trabalho doméstico -, para testar a importância desses fatores pessoais e sociais como principais determinantes na participação ou não do mercado de trabalho remunerado brasileiro.

Verificou-se que, embora a literatura aponte para um aumento da participação feminina na oferta de trabalho nas últimas décadas, as mulheres continuam tendo menor probabilidade de participar do mercado de trabalho brasileiro relativamente aos homens em todos os anos do período analisado. De acordo com o esperado<sup>17</sup>, chefes de família apresentam maiores probabilidades de participar do mercado de trabalho. Entretanto, quando a mulher é chefe de família, embora seja positiva, a probabilidade de ofertar trabalho diminui drasticamente relativamente à quando o posto de chefe de família é ocupado por um homem, o que motiva novos estudos para compreender tal comportamento. Em todos os anos entre 2001 e 2015, percebeu-se que ser branco diminuiu a probabilidade de o indivíduo ofertar trabalho, assim como realizar trabalho doméstico reduziu a probabilidade de o indivíduo ofertar trabalho no mercado remunerado. Porém, quando o indivíduo era mulher, ser branco ou realizava trabalho doméstico a probabilidade de ofertar trabalho no mercado remunerado era reduzida.

A presença de filhos aumentou a probabilidade de ofertar trabalho para indivíduos e para casais com filhos menores de 14 anos. Porém, quando esse indivíduo era mulher com filhos ou mãe solteira com filhos com menos de 14 anos de idade, a presença de filhos reduziu consideravelmente a probabilidade de participar do mercado de trabalho. Quanto à escolaridade, observou-se que os indivíduos mais escolarizados apresentaram probabilidades maiores de participar do mercado de trabalho na maioria dos anos e, ainda,

---

<sup>17</sup> Scorzafave e Menezes-Filho, (2001).

que um ano a mais de estudo elevou a probabilidade de optar por ofertar trabalho, independentemente do gênero do indivíduo.

Em termos gerais, os resultados não apenas indicam que as diferenças entre as participações de homens e mulheres permanecem significativas, como também que variáveis relacionadas à divisão do trabalho dentro da família, como o papel de chefe de família, a dedicação aos trabalhos domésticos e os cuidados dos filhos possuem efeitos distintos e desfavoráveis à mulher ao longo do período analisado. Esses resultados indicam que políticas públicas que permitam uma divisão do trabalho dentro da família de forma mais equitativa (como a provisão de creches e escolas), assim como políticas de desmistifiquem a atribuição da mulher aos serviços domésticos, podem permitir o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, trazendo benefícios para a renda das famílias e para a economia brasileira.

## REFERÊNCIAS

ARROW, Kenneth Joseph. The theory of discrimination. In: ASHENFELTER, O. REES, A. (eds.) **Discrimination in labor markets**. Princeton: Princeton University Press, pp. 3-33, 1973.

AVELINO, Ricardo; MENEZES-FILHO, Naércio. Estimação da oferta de trabalho das mulheres no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 33, n. 4, p. 639-664, dez. 2003.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões de Melo. Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. **Nota técnica n. 62**. IPEA, 2017.

BECCHIO, Giandomenica. **The History of Feminist and Gender Economics**. Routledge, 2020.

BECCHIO, Giandomenica. Behavioral economics, gender economics and feminist economics: friends or foes? **Journal of Economic Methodology**. V. 26, n. 3, pg. 259-271. 2019.

BECKER, Gary. A theory of the allocation of time. **Economic Journal**, v. 75, p. 493-508, 1965.

BECKER, Gary. **The economics of discrimination**. The University of Chicago Press: Londres, 1971.

BERNDT, Ernst Rudolf. **The practice of econometrics**: classic and contemporary. Addison-Wesley Publishers, 1996.

BORJAS, George. **Economia do trabalho**. 5ª. ed. Porto Alegre: AMGH, 2009.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 110, p. 67-104, julho de 2000.

FERNANDÉZ, Brena Paula Magno. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem? **Cadernos de Campo**, Unesp, v. 26, p. 79-103, 2019.

FERNANDÉZ, Brena Paula Magno. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Revista de Economia Política**, Niterói, v. 38, p.559-583, 2018.

FILHO, Fernando de Holanda Barbosa. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89. 2017.

GUIGINSKI, Janaína; WAJNMAN, Simone. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 36, 2019.

GUJARATI, Damodar; PORTER, Dawn. **Econometria básica**. 5ª. ed. São Paulo: McGraw Hill Brasil, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas. Social. Trabalho. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Microdados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>. Acesso em: março de 2019.

JONES, Karen. Gender and rationality. In “**The Oxford handbook of rationality**”. MELE, Alfred; RAWLING, Piers. (org.). Oxford: Oxford University Press. 2004.

KABEER, Naila. **Women’s economic empowerment and inclusive growth: labour markets and enterprise development**. International Development Research Centre, v.44, n.10, p.1-70, 2012. (Discussion Paper 29/12)

KABEER, Naila. Women’s Empowerment and Economic Development: A Feminist Critique of Storytelling Practices in “Randomista” Economics, **Feminist Economics**, v. 26, n. 2, p. 1-26, 2020.

KING, Mary. Occupational Segregation by race and sex in Brazil, 1989-2001. **The Review of Black Political Economy**, v. 36, p.113-125, 2009.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, pp. 547-566, ago. 2010.

MANSFIELD, Edwin. **Microeconomia**: teoria e aplicações. Hardcover, 1979.

NICHOLSON, Walter. **Microeconomic theory**: basic principles and extensions. 6<sup>th</sup> ed. Orlando: Harcourt Brace & Company, 1995.

OLIVEIRA, Pedro Rodrigues de; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme. Desemprego e inatividade nas metrópoles brasileiras: as diferenças entre homens e mulheres. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 291-234, ago. 2009.

PHELPS, Edmund Strother. The Statistical Theory of Racism and Sexism. **The American Economic Review**, v. 62, n. 4, pp. 659-661, 1972.

SALARDI, Paola. The Evolution of gender and racial occupational segregation across formal and non-formal labor markets in Brazil. **Review of Income and Wealth**, v. 62, p. S68-S89, 2016.

SANFELICE, Viviane. **Universal public childcare and labor force participation of mothers in Brazil**. 2019. Thesis (Ph.D in Economics) - University of Rochester, New York, 2019.

SCORZAFAVE, Luiz Guilherme.; MENEZES-FILHO, Naércio. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 441-478, dez. 2001.

SOUZA, Laetícia Rodrigues de; RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves.; QUEIROZ, Bernardo Lanza. A relação entre a parturição e trabalho feminino no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 57-79, jun. 2011.

TAI, Silvio Hong Tiing; BAGOLIN, Izete Pengo. Regional differences in the gender earnings gap in Brazil: development, discrimination and inequality. **The Developing Economics**, v.57, n. 1, p. 55-82, 2019.

TAVARES, Patrícia. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 613-635, dez. 2010.